

Calmon de Sá: O Brasil volta à normalidade

Heitor Tepedino

Arquivo

Nova Iorque — “Não há nenhum banqueiro que, de sua consciência, não enxergue que os países em desenvolvimento e com alta dívida, inclusive o Brasil, por melhor que possa ser o seu desempenho, vão ter de rolar o total do principal de suas dívidas para a frente, declarou ao *Jornal de Brasília* o ex-ministro da Indústria e do Comércio, Angelo Calmon de Sá. “Em relação aos juros há também um consenso de que se fosse exigido desses países o pagamento integral nos próximos anos, isto representaria um sacrifício muito grande em termos de desenvolvimento. Assim — enfatizou — não surpreende que quase haja um consenso de que os banqueiros vão ter de sentar com os países em desenvolvimento e estabelecer uma programação, de país para país, não só para rolar o pagamento do principal, que se vence nos próximos cinco anos, como também para determinar um principal, que se vence nos próximos cinco anos, como de juros devidos que deve ser pago e outra parte que precisa ser rolada com o principal.

Para Calmon de Sá, membro do Conselho Monetário Nacional e atual presidente do Banco Econômico, a posição do Brasil no mercado internacional, neste momento, é de retorno a uma posição de mais normalidade, o que se verifica na medida em que o nosso País coloque em dia todos os seus atrasados. “Esta é a impressão que a maioria tem, eu também, de que o Brasil não terá problemas até o final deste ano. Isto é, o seu balanço de pagamento irá fechar normalmente. A única coisa que ainda não está claro — ressaltou Calmon de Sá — nem para o Brasil nem para nenhum dos países em desenvolvimento da América Latina é o retorno ao mercado em uma situação completamente normalizada, onde a concessão de empréstimo de forma involuntária fosse substituída pela forma voluntária, concedendo-se os recursos necessários todos os anos ao refinanciamento das dívidas, como ocorria antes”.

Segundo Calmon de Sá, “o mercado ainda não voltou à situação normal para nenhum país. Apenas posso dizer que em relação ao Brasil o quadro geral já é muito melhor do que há trinta dias atrás”.

Ex-presidente do Banco do Brasil, ex-ministro da Indústria e do Comércio, ambos os cargos ocupados no governo Geisel, atualmente presidente do poderoso Grupo Econômico e membro do Conselho Monetário Nacional, Angelo Calmon de Sá sempre foi muito bem relacionado com os banqueiros internacionais devido a sua profissão. Como presidente do Banco do Brasil, foi um entusiasta da ampliação das agências desta instituição no exterior. No Ministério da Indústria e do Comércio, teve uma passagem como substituto do ex-ministro Severo Gomes, onde procurou aperfeiçoar a legislação de proteção ao produto nacional contra os importados.

Em uma entrevista descontraindo em Nova Iorque, Calmon de Sá mostra estar convencido de que os banqueiros internacionais irão, não só reescalonar os pagamentos dos nossos débitos externos, como ainda darão um certo alívio no pagamento dos juros, jogando para a frente esses pagamentos. O ex-ministro defende as eleições diretas, desde que se respeite a regra do jogo agora, com o colégio eleitoral elegendo o futuro presidente, cujo mandato deve ser, a seu ver, reduzido para quatro ou cinco anos.

JBr — Como o sr vê o encaminhamento das discussões sobre o sistema de eleições no Brasil, diretas ou indiretas?

Calmon — Em relação às eleições diretas ou indiretas no Brasil, a minha posição é absolutamente coincidente com a do presidente Figueiredo. Sou a favor das eleições diretas, só que, agora, não é o tempo para as eleições diretas. Por duas razões: primeiro, o colégio eleitoral que vai votar nas eleições indiretas foi eleito nas últimas eleições, e todos nós sabemos que foram eleições livres. a oposição elegeu na quase totalidade dos grandes estados, a oposição conhecia a regra do jogo, sabia como ia ser composto o colégio eleitoral, portanto, fez campanha para ganhar o colégio eleitoral. Então, vamos agora cassar o mandato de quem foi eleito para o colégio eleitoral? Quando a regra já estava estabelecida e todos nós sabíamos qual era a regra? A esmagadora maioria do colégio eleitoral foi toda ela eleita num pleito livre.

JBr — O sr. seria favorável à redução do mandato presidencial?

Calmon — A minha preferência seria reduzir. Eu seria favorável a uma redução e, diria mais, mesmo se a eleição fosse direta ou indireta. Acho que seis anos foi necessário em um momento de transição. Mas não acho que deva ser o mandato da Presidência da República. Eu ficaria com a fórmula antiga, de cinco anos ou até mesmo quatro, como é o caso dos EUA, permitindo a reeleição, se fosse o caso.

Portanto, sou favorável a que a eleição fosse realizada como o previsto hoje na nossa Constituição, de forma indireta pelo colégio eleitoral que foi eleito. Agora, admito que se faça uma emenda para reduzir o mandato deste presidente que vai suceder o presidente Figueiredo e, em seguida, restabelecendo a eleição direta. Essa é a minha posição, até coincidente com a posição do presidente Figueiredo, salvo quanto à redução do mandato, que não sei qual é a posição dele. Acho que a maioria das pessoas envolvidas em política, de certa forma, pensam assim, não deve haver ninguém contra a eleição direta, são todos a favor, mas acho muito importante que ao se retornar ao sistema da eleição direta, se encontre uma fórmula de preservar um maior equilíbrio político dentro de todo o país, porque na fórmula de eleição direta para Presidente da República, as regiões menos desenvolvidas, onde o número de eleitores é infinitamente menor que nas regiões desenvolvidas, não terão expressão política. Isto quer dizer que um Nordeste todo passa a ter um número de eleitores equivalente ao de São Paulo. O peso de decisão na escolha dos candidatos, para eleição do presidente, de uma área que representa um terço da população, passará a ter uma representatividade muito menor do que tem no sistema de eleição indireta, onde a representatividade é comparável ao problema social da região ou até à própria população que existe na região. Este é um ponto que também acho importante, para que ao se transformar o sistema de eleição indireta para a direta, haver a preservação do poder político das regiões menos desenvolvidas.

JBr — Quanto à área externa e à nossa dívida, nas suas conversações com alguns banqueiros, o que eles manifestam em relação ao futuro político do Brasil? Eles têm temor da eleição direta?

Calmon — Confesso que não conversei com eles olhando este tipo de horizonte. Claro, eu diria que muitos perguntam qual será o futuro. Presidente da República, que obviamente eu não sei e ninguém pode afirmar quem será o fulano ou o beltrano. Eles querem, evidentemente, ter uma tranquilidade de que vão continuar negociando dentro do mesmo clima. O que tenho assegurado a eles é que o Brasil continuará, como sempre fez, honrando os seus compromissos internacionais e que se nós chegamos ao ponto de termos atrasado os pagamentos no ano passado, foi por simplesmente não termos recursos para pagar, por razões que eles próprios conhecem muito bem. Não posso dizer se eles estão preocupados ou não, porque eles não me perguntaram sobre isto, sobre eleição direta.

JBr — É um sinal de que eles não estão preocupados.



O ex-ministro Angelo Calmon de Sá está otimista com o futuro do Brasil

Calmon — Eu diria que sim. Acho que a única coisa que se sente hoje é que eles estão com certa preocupação com as dificuldades de negociar com a Argentina. Isto, eles evidentemente têm preocupação, hoje.

JBr — Ingressando na nossa inflação, talvez o problema mais sério do governo, o sr., como ex-ministro da Indústria e do Comércio, ex-presidente do Banco do Brasil e atualmente membro do CMN, o que sente que pode estar dificultando a obtenção da inversão da tendência crescente dos índices de preços?

Calmon — Acho que hoje, mais ou menos, todos já sabemos o que ocorreu no ano passado e que, obviamente, continua a ter os seus efeitos em 84. Uma economia indexada, quando se promove um reajuste cambial da dimensão que promovemos e, simultaneamente, você está propositalmente fazendo inflação corretiva pela retirada de subsídios, como dos derivados de petróleo e do próprio trigo, e a própria redução e até eliminação de subsídios em certas áreas de crédito, você vai ter uma inflação corretiva que num sistema de economia indexada como a nossa temos um efeito de propagação muito grande. Acho que obviamente contribuiu muito para essa desarmonização em termos de inflação, isto é, uma taxa recorde no ano passado e que continuamos a ter nos dois primeiros meses deste ano. O problema da crise cambial criou, ainda, um clima de incerteza, de falta de confiança de que a economia do país iria marchar no rumo certo. Acho que este problema psicológico, isto é, o componente psicológico da nossa inflação, é muito grande.

“Desindexar é uma palavra bonita. Um dia vamos ter que desindexar a economia, mas isso não deverá ocorrer de forma brusca”

Acredito que as medidas que podiam ser tomadas, quer de política fiscal, monetária e salarial, no sentido de combate à inflação, todas já foram tomadas. Posso dizer que ainda vamos ter um pouco de defasagem quanto à retirada de subsídio do crédito, que na verdade só no próximo orçamento monetário teremos o impacto total, benéfico, da retirada dos subsídios à agricultura e também à exportação. Este ano ainda temos uma dose razoável de subsídio, mas bem menor do que no ano passado. Isto está retardando os efeitos positivos das medidas tomadas, mas eu acredito que uma das componentes principais da alimentação da inflação é todo esse processo que continuamos a viver de ajuste permanente da taxa de câmbio de uma forma ainda sem descontar a inflação externa e sabemos o impacto que o câmbio tem sobre os preços na medida que os derivados de petróleo têm de ser novamente reajustados. Mas acredito que vamos, já, talvez a partir de março, começar a colher os primeiros frutos de redução da taxa de inflação e considero fundamental, absolutamente fundamental, uma vez que o governo tem uma boa parcela de preços que é totalmente administrado por ele, serviços públicos, preço de insumos básicos como o aço e outros, que são controlados obviamente pelo governo, que seja definida uma tendência de inflação decrescente.

Você veja que só porque no mês de janeiro havia quem achasse que de fato esta tendência seria declinante como o governo previa, em fevereiro 8 e março 7 e pouco, o mercado financeiro começou a se comportar diferente, começou a olhar como se de fato as taxas de inflação fossem começar a ceder. Mas, fomos surpreendidos com a reversão de fevereiro, isto está perturbando, acredito que se o resultado de março apontar uma taxa menor do que a de fevereiro, se abril repetir, mesmo que seja pouco menor, acho que o mais importante é este progresso numa direção de forma constante, mesmo que o progresso seja relativamente pequeno, com isto, a própria comunidade começa a ter uma expectativa menor, e não aquela que pode explodir a taxa de inflação. Muita gente ficou com esta impressão com o dado de fevereiro, que de fato em termos anualizados chegamos à taxa mais elevada, que foi de 230 por cento. Acredito que vamos conseguir agora a queda, eu diria, concluindo, que em termos de inflação, não há muito mais o que fazer.

JBr — Qual a sua expectativa em termos de oferta de recursos pelo sistema financeiro este ano? Será pior ou melhor do que o ano passado? Os bancos têm dinheiro para emprestar?

Calmon — A restrição monetária tem sido muito grande. Mas, na verdade, as aplicações financeiras estão muito elevadas e isto distorce toda a economia. Ao invés de levar os recursos para a área produtiva, você fica na especulação da área financeira, em última instância financiando o próprio governo também.

Isto está começando a se ajustar, na verdade, se se analisar o passado. O governo acabou pagando taxas mais altas do que todo o setor privado na captação de dinheiro, se você considerar que o grosso que o governo captou foi através da ORTN cambial. Com isto você vê que a taxa que foi propiciada ao portador de ORTN cambial pelo governo é mais alta que qualquer segmento da área privada. O governo corrigiu em grande parte isto, com a sobretaxação das ORTN cambiais, o

que representou mais ainda que o imposto. O fato de que se teve de valorizar essas ORTNs cambiais, desembolsando recursos sobre um ganho contábil, já que você não recebeu em dinheiro. Você está pagando imposto sobre um lucro que na verdade não se transformou em dinheiro, foi papel. Então o governo ainda está ganhando mais porque está recebendo este dinheiro de volta. Mas, de qualquer forma, esta distorção que ocorreu no ano passado, ela já não está ocorrendo este ano.

JBr — O Sr. é a favor da desindexação da economia?

Calmon — Esta é uma palavra muito bonita, acho que algum dia vamos ter de desindexar a economia, fazendo de alguma forma, mas eu não vejo possibilidade de uma desindexação da economia brusca, sem causar muitos problemas, porque você tem duas áreas de difícil acomodação. Na do Sistema Financeiro de Habitação, um dos três vai ter de pagar o preço da desindexação: ou vai ser o mutuário, ou você vai beneficiar o poupador ou vai beneficiar ou punir o intermediário. Não há como você fazer esta desindexação sem atingir, sem criar algum tipo de problema.

JBr — Com solução apontada pelo governo para evitar um reajuste mais pesado das prestações da casa própria, quem o sr. acha que perde agora?

Calmon — Esta é uma pergunta difícil de responder.

JBr — Mas se a inflação é de 230 e o reajuste é de 110 por cento...

Calmon — A curto prazo, obviamente, prejudica os agentes financeiros do sistema, que passam a ter um problema de fluxo de caixa. Mas, a depender da evolução dos reajustes de salários, esta situação pode se alterar.

JBr — Mais uma vez o estado é o juiz de quem ganha e quem perde, sem deixar-se a economia de mercado funcionar?

Calmon — O fato é que está globalmente reconhecido, hoje, em termos mundiais, que um dos problemas que vem causando as dificuldades dos déficits públicos e de inflação de todos os países é que o estado acabou abocanhando um pedaço muito grande da economia, para ser diretamente conduzido e comandado por ele. Portanto, eu acho que isto já é, pelo que sei, todos os candidatos têm a privatização como objetivo básico. O governo Figueiredo iniciou realmente um programa de privatização e que conseguiu fazer alguma coisa. Mas esta área terá de ser muito ampliada. O processo de privatização deve ser acelerado e até acho muito mais fácil no sentido do governo apoiar mais a iniciativa privada e não fazer novas investidas na economia. Este processo é melhor do que o próprio processo de privatização das empresas existentes. O que é importante é o governo conter as novas iniciativas de ampliar a sua presença na economia. Na medida em que a economia continue a crescer, automaticamente a presença do estado vai diminuindo de importância. Uma das fórmulas mais eficazes de se transformar uma economia mais da iniciativa privada, é uma redução drástica do déficit público. E, na medida do possível, usando menos os recursos de aumento de impostos e mais o recurso de diminuição de despesas. Esta é uma maneira de alcançar este objetivo também.

Outro assunto que também acho que o atual governo já começou a dar os primeiros passos é que a área social tem de ganhar uma dimensão muito maior. Não porque quem deu importância à área econômica tenha errado. Apenas, que as condições do mundo inteiro se modificaram e na verdade o Brasil hoje pode se preocupar, principalmente na área do governo, de investir mais na área social.

Mas, para suprir as necessidades do mercado interno, e eu diria que esta é uma das grandes vantagens do Brasil em relação a todos os demais países com grande dívida, não temos de continuar a fazer dívida na escala que fizemos. Você já tem o setor energético, com exceção da área de petróleo e do álcool, em que se deve continuar investindo, mas no setor hidrelétrico, podemos passar alguns anos sem iniciar grandes projetos ou pode-se iniciar algum numa velocidade completamente diferente daquela com que fizemos os grandes projetos. Na área siderúrgica, a mesma coisa, na área petroquímica, papel e celulose, idem, e poderia citar uma série de setores onde o Brasil não só transformou-se em auto-suficiente, como tem uma margem enorme para o caso da demanda crescer e atender com as atuais instalações. Seja na área de bens de capital e inúmeras outras.

Desta forma, por essa razão, que é a primeira, devemos dar mais atenção ao setor social. Segunda razão, obviamente que os projetos da área social, de saneamento, habitação, ou seja, de educação e saúde, utilizam só recursos sociais, geram mais empregos por unidades, de investimento do que qualquer grande projeto, seja ele siderúrgico ou hidrelétrico e, portanto, numa hora em que estamos precisando gerar empregos internamente, utilizando o mínimo de recursos externos, é uma área lógica para se fazer investimentos. Além disto, temos de reconhecer que o processo em algumas áreas de infra-estrutura econômica no Brasil foi muito mais veloz que em áreas sociais de educação ou saúde. Então, não é que não tenha havido progresso, acho que houve, mas acredito que se tem muito a fazer nessas duas áreas, de educação e saúde.